

**ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA:
ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO NO BRASIL E NO
CHILE¹**

Carlos Alberto Cioce Sampaio (Universidade Regional de Blumenau - FURB)
Edgardo Oyarzún (Universidad Austral de Chile - UACH)
Marcia Silveira de Souza (Universidade Regional de Blumenau - FURB)
Carolina Cárcamo (Universidad Austral de Chile - UACH)
Oklinger Mantovaneli Jr. (Universidade Regional de Blumenau - FURB)²

Embora a vida moderna possa ser descrita como determinada pelo utilitarismo econômico e darwinismo social, valores que aprisionam o econômico, o social e por conseguinte o fenômeno turístico, ainda assim iniciativas associadas teimam em renovar os caminhos para a organização da sociedade com arquiteturas inovadoras. Este estudo aborda especificamente um fenômeno que vem se descortinando e despertando interesse científico. Qual seja, o surgimento dos Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária (APL.Com), em empreendimentos turísticos, bem como um conjunto de reflexões que permite a inserção e diferenciação teórica da temática em relação a fenômenos tradicionalmente economicistas. Finaliza apresentando um panorama exploratório de duas experiências importantes na América Latina – Projeto Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima, SC, Brasil) e Rede de Agroturismo de Chiloé (Los Lagos, Chile).

Palavras-Chaves: Turismo Comunitário; Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária; Socioeconomia.

1. Introdução

Muitos autores têm se debruçado em vastos estudos sobre a proeminência do economicismo como valor hegemônico presidindo a vida do homem moderno. Ainda assim o social por vezes mostra a sua crítica ao apresentar experiências que desafiam estes imperativos. Naquelas situadas no campo da socioeconomia ainda predomina certa inovação de práticas gerenciais sob o viés extra-organizacional, onde metodologias de gestão participativas, descentralizadas, associativas, socialmente e ambientalmente responsáveis servem-se do conhecimento tradicional-popular e do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas.

No contexto deste artigo, arranjo socioprodutivo de base comunitária constitui o tema central. O que o torna inédito é tratar arranjo produtivo local, denominação da economia industrial e da geografia econômica, sob a perspectiva das ciências ambientais na qual surge um mosaico chamado socioeconomia das organizações, exemplificado por experiências de turismo comunitário.

¹ Trabalho apresentado ao GT 11 – “Turismo e Gestão Organizacional” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Carlos Alberto Cioce Sampaio é Pós-Doutor em Socioeconomia (UACH/CAPES). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional (FURB).E-mail: sampaio@uach.cl. Edgardo Oyarzún é Doutorando em Economia Aplicada e Diretor do Instituto de Turismo (UACH) Universidad Austral de Chile. E-mail: eyarzun@uach.cl. Marcia Silveira de Souza é pós-graduanda em Desenvolvimento Regional (FURB/CAPES), Pesquisadora dos NPP-PPGDR e NEO-PPGAd (FURB). E-mail: turismologa@brturbo.com.br. Carolina Cárcamo é pós-graduanda em Turismo Rural Pesquisadora do Instituto de Turismo (UACH) Universidad Austral de Chile. E-mail: carolitra@hotmail.com. Oklinger Mantovaneli Jr. é Doutor em Sociologia, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (FURB). E-mail: oklinger@furb.br.

O Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) é um micro-empendimento compartilhado no qual se vislumbra a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação (ARAÚJO, SAMPAIO, 2004). Trata-se de agregar valor sustentabilista aos pequenos negócios. Acredita-se que esta outra economia se estabelecerá quando for dado aos socialmente excluídos tratamento especial (SACHS, 2003; SAMPAIO, 2005).

O APL.Com se inspira no enfoque ecodesenvolvimentista, apontado como paradigma sistêmico, compreendendo princípios de ecologia profunda, economia social e planejamento participativo (VIEIRA, 1995). A ecologia profunda pode ser entendida como uma filosofia, surgida a partir da problemática ambiental, na qual questiona o atual estilo de vida humano (MAX-NEEF, 1986; NAESS, ROTHENGERG, 1990). A economia social, de inspiração heterodoxa, repensa padrões de uso do tempo e do espaço, usos apropriados de recursos e estilos de vida (SACHS, 1986; BERKES In: HANNA et al., 1996). E o planejamento participativo é pensado a partir da premissa de que a própria participação é a principal estratégia de desenvolvimento (GONDIM, 1989; SACHS, 1986).

Algumas dessas experiências, inclusive utilizando os rótulos turismo sustentável ou ecoturismo e turismo cultural ou etnoturismo, com elementos da socioeconomia das organizações, caracterizam-se muitas vezes por trabalhos teórico-ideológicos bem elaborados. Contudo sem prática convincente. Mesmo apresentando resultados sustentavelmente promissores e acabam sendo cooptadas pelo sistema que estavam repudiando.

A pergunta que se faz é como transitar entre o agir utilitarista econômico e o agir sensível à outra economia ou à socioeconomia? Acredita-se que haja tipos de racionalidade mais solidárias em experiências que se utilizam de tecnologias sociais do tipo APL.Com, não por estas excluírem o agir econômico da racionalidade social, mas por incorporarem outros modos de agir. Não se espera soluções ideais, mesmo porque se vive em um mundo com tantas contradições. Espera-se, ao menos, que as soluções sejam criativas; que as experiências sobrevivam por certo período; e que as populações autóctones pensem um desenvolvimento sob o tripé sócio-econômico-ecológico.

Neste sentido, objetiva-se propor um construto teórico exploratório para se pensar o Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) e visualizá-lo na prática sob a denominação turismo comunitário a partir da comparação entre as experiências brasileira Agreco/Associação Acolhida na Colônia (com sede em Santa Rosa de Lima, SC) e chilena Rede de Agroturismo de Chiloé (Região Los Lagos).

O trabalho iniciou-se por uma pesquisa bibliográfica sobre economia social, planejamento e gestão participativa, racionalidade solidária, empoderamento, endogenia, acordo produtivo local, turismo cultural, agroturismo e ecoturismo. Em uma segunda fase, se realizou uma pesquisa

exploratória sobre experiências brasileiras e chilenas em curso, de planejamento e gestão local que pudessem ser consideradas como exemplos que contivessem elementos de arranjo socioprodutivo de base comunitária, tais como as experiências de turismo comunitário brasileiras: Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE), Projeto Acolhida na Colônia (sede em Santa Rosa de Lima-SC); Grupo de Trabalho do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba-SC), Projeto Sana Sustentável (Macaé-RJ) e Ecoturismo na Região Bonito (sede em Bonito-MS); e as chilenas: Rede de Agroturismo de Chiloé (Los Lagos), Rede de Agroturismo Cholchol (Araucania), Rede de Turismo Rural de Corral (Los Lagos), Rede de Turismo Rural Licanhuasi Reserva Nacional Los Flamencos (São Pedro de Atacama, Antofogasta) e Rede de Parques Comunitários Mapu Lahual (San Juan de la Costa, Região Los Lagos).

A título de ilustração e por limitação de espaço se descreveram e se compararam sinteticamente somente as experiências brasileira Associação Acolhida na Colônia (com sede em Santa Rosa de Lima, SC) e chilena Rede de Agroturismo de Chiloé (Los Lagos), utilizando as seguintes variáveis: gênese, atores, articulação territorial, infra-estrutura, mercado consumidor e comercialização, e impactos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

Os dados utilizados foram oriundos de visitas técnicas e de dados secundários levantados por projetos de centros de pesquisas brasileiros e chilenos.

2. Socioeconomia

A socioeconomia deriva do cruzamento das chamadas ciências econômicas e administrativas com as ciências ambientais. As ciências ambientais são mais que um novo campo do conhecimento perfeitamente delimitado; na acepção de Leonardo Boff, trata-se de uma utopia em construção que tenta compreender melhor a relação entre sociedade e natureza (ABRAMOVAY, 2002). Utopia não é algo que opõe ou nega a realidade. Ela pertence à realidade, à medida que expressa as potencialidades da realidade ainda não concretizada (BOFF, 2003). A socioeconomia tenta criar alternativas à hegemonia da racionalidade utilitarista econômica, apregoada pela dinâmica capitalista e a sociedade de mercado (SACHS, 2003; 2004).

As primeiras relações sociais não necessariamente baseavam-se num *éthos* utilitarista. *Ela não tinha em comum a motivação do ganho* (cálculo individualista), *nem com a instituição do mercado. O seu padrão era com o grupo fechado* (POLANY, 2000, p.73), ou seja, com a comunidade doméstica. Essa comunidade primitiva tinha como característica de produção e de distribuição o princípio da domesticidade, isto é, para uso próprio (POLANY, 2000; WEBER, 1999). A teoria da domesticidade econômica, como também a teoria dos ciclos civilizatórios³, apontam que a dinâmica societária incuba novas maneiras de agir

³ *Civilização é uma qualidade especial ou uma fase de cultura que tenha exibido durante determinado período* (TOYNBEE, 1987, p. 46).

das pessoas ao mesmo tempo em que, no seu âmbito, desaparecem formas de agirem tradicionais. Esse fenômeno deve ser estudado para poder planejar a demanda e a oferta de bens e serviços desse fluxo de modelos de desenvolvimento humano. Surge no vácuo do agir utilitarista econômico, produtor de desigualdades sociais, tentativas de redimensionar a racionalidade microeconômica dominante, no sentido de internacionalizar efetivamente a problemática que vai além da economia, incorporando também custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento (SACHS, 1986; VIEIRA, 1992; SAMPAIO, 2000).

A socioeconomia pressupõe que processos de planejamento local e de sua gestão possam ser convergentes com o enfoque da agenda 21 local. Isto é, as tecnologias sociais devem basear-se em critérios de participação e de engajamento da sociedade civil, que superem o viés do Estado socialista centralizador, do Estado (mínimo) neo-liberal ou, ainda, da tradição do Estado latinoamericano, como gerador de satisfações exógenas da sociedade civil (MAX-NEEF, 1993), para implementar um novo estilo de desenvolvimento que esteja impregnado de uma outra economia, de uma outra administração e, porquê não, de um outro turismo (HAULOT, 1991; DUMAZEDIER, 1999; ILLICH, 1976). Nesta perspectiva a sociedade civil torna-se uma terceira esfera de poder que, conjuntamente com o Estado e o mercado, promove a construção de um novo paradigma desenvolvimentista, baseado no protagonismo das populações tradicionais na definição de seus modos de vida. Neste contexto, para se pensar a socioeconomia poderia-se sintetizar alguns princípios, isto é: valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias, geração de trabalho e renda pela produção mais associativista, revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado distanciados do racionalismo utilitarista e, por último, a utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (SAMPAIO, 2005).

3. Arranjo Socio-produtivo Local com Base Comunitária (APL.Com)

O Arranjo Produtivo Local⁴ (APL) ou empreendimento coletivo pode ser considerado como gestão interorganizacional de uma dada territorialidade sócio-política-econômica que desencadeia uma dialética entre cooperação e competição, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas (SACHS, 2003; VARGAS, 2003; LASTRES, CASSIOLATO, 2003a; 2003b). Diferentemente dos *clusters*, o APL concentra-se em micro e pequenas empresas. Os *clusters* são agrupamentos de empresas em uma região com sucesso extraordinário em determinado setor de atividade econômica na qual há predominância de grandes empresas (PORTER, 1998; ALBAGLI, BRITO, 2002). O APL seria um estágio anterior ao que se denomina sistema produtivo

⁴ O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) originou-se do conceito de distritos industriais Marshallianos, *no qual se descrevia um padrão de organização comum à Inglaterra (final do século XIX e começo do XX), onde pequenas empresas concentradas na manufatura de produtos específicos de setores como têxtil se localizavam geograficamente em grupamentos, em geral na periferia dos centros produtores* (VARGAS, 2003, p. 8). Este conceito foi revitalizado nos estudos sobre a Terceira Itália. As primeiras experiências que podem ser apontadas como constituindo um APL são as denominadas *villaggios produttivos*, que significam redes de empresas flexíveis localizadas em determinadas regiões italianas e que se beneficiaram da existência de uma rede horizontal de cooperação entre essas empresas (SACHS, 2003).

e inovativo local, que compreendem arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (LASTRES, CASSIOLATO, 2003a, 2003b).

Com ênfase associativa comunitária, surge a expressão arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com). O APL.Com se inspira na perspectiva da economia solidária que apregoa que pode existir solidariedade na economia e direitos iguais entre aqueles que se associam para financiar, produzir, comerciar ou consumir mercadorias (SINGER, 2002).

Acredita-se que outra economia se estabelecerá quando for dado aos socialmente excluídos tratamento especial, isto é, fomentando políticas públicas que combatam a alta mortalidade de empreendimentos populares, que, em geral, não encontram meios de se estruturar na economia de mercado, onde predominam empresas com poderio tecnológico, detentoras de profissionais altamente qualificados e, ainda, com facilidade de acesso ao crédito.

O APL.Com é composto por uma micro-rede interorganizacional principal que desencadeia outras micro-redes, conforme ilustra a figura 1. A micro-rede principal não é a mais importante do arranjo, mas é aquela que tem como função incubar as demais. Na constituição desta rede *maternal* há encadeamentos produtivos verticais à montante (para trás) e à jusante (para frente). Isto é, a relação vertical predominante entre fornecedor-produtor situa-se à montante, e a relação produtor-distribuidor à jusante. A micro-rede possui também encadeamentos produtivos horizontais situados entre produtores (serviços e bens) terceirizados, todavia sem ser economicamente desigual, socialmente injusta e ecologicamente imprudente (SAMPAIO, MUNDIM, DIAS, 2004; DIAS, 2004).

Figura 1: Micro-Estrutura do Arranjo Produtivo Local de base Comunitária

		Encadeamento Produtivo Vertical (à montante)	
Encadeamento Horizontal (organização de apoio)	Produtivo	Micro-rede Principal	Encadeamento Produtivo Horizontal (terceirização não espúria)
		Encadeamento Produtivo Vertical (à jusante)	

Fonte: Baseado em Sampaio, Mundim, Dias (2004) inspirado em Sachs (2003).

Para se constituir uma micro-rede interorganizacional são utilizados encadeamentos produtivos da economia local. Os encadeamentos produtivos são as relações interorganizacionais, pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos insumos, processos de produção, produtos intermediários e acabados, distribuição e pós-venda. Cada membro ou conjunto de membros do encadeamento se especializa em etapas distintas do ciclo econômico (ALBAGLI, BRITO, 2002).

No caso de um APL.Com é necessário fomentar a criação de novas organizações do tipo associativistas autogestionárias, permitindo que pessoas ou grupos excluídos da economia de mercado possam ser integrados. Gestada a micro-rede *maternal*, se expandiria às demais micro-redes. Seria difícil de prospectar todos os possíveis desdobramentos deste arranjo. Embora os micro-empresendedores de um mesmo ramo compitam entre si, não se exclui iniciativas e ações compartilhadas, voltadas à solução de problemas comuns, como atuação conjunta na economia de mercado para compras e vendas compartilhadas, negociação com governos municipais, aprimoramento da infra-estrutura e da rede de serviços locais (tais como qualificação profissional ou re-qualificação, inclusão digital) e articulação com centros de pesquisa, sobretudo com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) surgidas dentro das universidades. Assim, os arranjos produtivos locais contribuem para uma maior competitividade e também resiliência no conjunto de micro-empresendimentos mais integrados (SACHS, 2003).

A autogestão é o plano em que se dá o exercício coletivo do poder para decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho na aquisição e distribuição de renda (MOTTA, 1991 Apud MANTOVANELI Jr., 2001). O APL.Com corporifica, portanto, um processo de conhecimento da realidade na qual a decisão organizacional busca, em linhas gerais, superar o nível da participação meramente motivada por interesses individuais e descompromissada do ponto de vista sociopolítico (VIÉGAS In: VIEIRA, 2002a; DOWBOR, 2002; SACHS, 2003; SAMPAIO, MANTOVANELI Jr., PELLIN, 2004). Estas modificações podem emergir e se consolidar progressivamente a partir do surgimento de fissuras nos sistemas de auto-regulação pela via do mercado (MAX-NEEF, 1986; SACHS, 2003).

4. Turismo Comunitário

Quando se trata de APL.Com se está privilegiando grupos organizados ou quase organizados articulados (empresendimentos compartilhados), e que sobrevivam sob a égide da economia de mercado, entretanto, preservando sua dinamicidade comunitária. Isto é, que APL.Com seja uma estratégia que fomente comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível à sociedade de consumo que se quer menos homogeneizada. Quando se refere às comunidades tradicionais, sabe-se que essas populações possuem atualmente, na sua maioria, graus diferenciados de descaracterização cultural, entretanto, o que importa é a identidade cultural que se quer resgatar ou o pouco que dela se deseja conservar.

Nesta perspectiva, o turismo de base comunitária é um divisor de águas. Ele se baseia na relação dialética entre turista e comunidade receptora, e não na sobreposição da comunidade ao turista. Turista e comunidade, ambos, são considerados agentes de ação sócio-econômico ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e

estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio-ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais. Entretanto, não há como garantir que governantes e empreendedores locais não vulgarizem a essência de tal perspectiva quando implementam o turismo de base comunitária, como o fazem em modalidades de ecoturismo, turismo cultural ou agroturismo, decorando as comunidades como ideal de vida aldeã (SACHS, 1986; GADGIL, 2000; GRÜNEWALD, 2003; ARAUJO, SAMPAIO, 2004; SAMPAIO, 2005).

Enquanto que o turismo cultural (ou etnoturismo) se volta para a observação ou convívio de estilos de vida tradicionais, a principal motivação do ecoturismo é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa. Por sua vez, o Agroturismo refere-se a um conjunto de serviços requeridos por visitantes e turistas que desejam adquirir a experiência de conhecer a vida de uma pequena propriedade rural (SCHAERER, DIRVEN, 2001; OYARZÚN, CARCAMO, 2001; FARIA, CARNEIRO, 2001). Entretanto, turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, a convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento, no sentido de aprendizado, com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista onde a população autóctone torna-se a principal protagonista, criando atrativos e serviços turísticos próprios. Não simplesmente um novo modo de fazer negócio, mas de aprender a viver (MAX-NEEF, 1997; SAMPAIO, OYARZÚN, 2005).

Quando movimentos de jovens, famílias ou jubilados (conhecidos também como a melhor idade, claro, quando estes possuem sustentabilidade econômica!), se deslocam temporariamente de centros urbanos às comunidades predominantemente rurais e/ou localizadas em zona costeira, buscam experimentações alternativas de modos de vida a este padrão homogeneizado societário. Todavia, este grupo de pessoas ao se deslocarem às comunidades leva consigo muitas vezes, sem se dar conta, este modo de vida que queriam evitar (GRÜNEWALD, 2003; COROLIANO, LIMA, 2003; BARBERI, SAMPAIO, DREHER, 2006). Diante dessa demanda social emergente (de turistas) de experimentações de outros modos de vida, não se tem dúvidas de que o fenômeno turismo pode superar, na sua essência, a mera perspectiva de uma atividade economicista ou, ainda, com feição compensatória aos efeitos da neurose do mundo do trabalho (SAMPALIO, 2005; BARBERI, SAMPAIO, DREHER, 2006).

5. Experiências para Pensar a Socioeconomia e sua Prática sob a Denominação Turismo Comunitário

Quando se explora o desafio de se tentar transitar entre o agir utilitarista econômico e o agir sensível a outra economia (SAMPALIO, 1996) as duas experiências, a seguir relatadas como APL.Com mostram-se exemplos interessantes.

5.1 Projeto Acolhida na Colônia (sede Santa Rosa de Lima, SC, Brasil)

Gênese: Em 1996, a sociedade civil e o poder público de Santa Rosa de Lima iniciaram um processo de fortalecimento de alternativas para o município. Aquele ano, um grupo de agricultores aceitou o desafio de produzir de forma ecológica. Foi criada a Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO, com sede no Município de Santa Rosa de Lima, compreendendo os municípios situados nas cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari. Em seguida, agricultores de Gravatal e Rio Fortuna se integraram ao trabalho. Em 1999, AGRECO expandiu seu trabalho, envolvendo diretamente 211 famílias de pequenos agricultores, de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Gravatal e Anitápolis (um total de 44 produtores certificados). Este crescimento se produziu com o desenvolvimento do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, com financiamento do PRONAF - Agroindústria. Atualmente os agricultores associados à AGRECO participam de um Projeto de Apoio ao Agroturismo - Acolhida na Colônia - como estratégia para promover o desenvolvimento rural sustentável, que incentiva o turismo no meio rural através de um conjunto de atividades desenvolvidas pelos agricultores e familiares.

Atores Internos: Sociedade civil e poder público da região das Encostas da Serra Geral (sul de Santa Catarina); Atores Externos: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo; SEBRAE; SANTUR; CEPAGRO; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Instituto Superior e Centro Educativo Luterano Bueno Jesus (IELUSC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Faculdade de Turismo Estácio de Sá y *Acueil Paysan*⁵.

Articulação Territorial: Recursos Naturais: A região dos municípios envolvidos pertence à Encosta da Serra Geral, corredor ecológico de vegetação originalmente composta pela Mata Atlântica, rica em belezas naturais: fontes de águas termais, matas, montes, vales e rios. Cultura: A região foi colonizada por imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos que até hoje exercem influência sobre a cultura na região. Recursos culturais: a cultura local guarda muito da colonização européia, manifestada em construções, costumes, danças, música, artes plásticas e gastronomia; e a própria agricultura ecológica é considerada um atrativo, como também os produtos artesanais fabricados sem conservantes. Encadeamentos Socioprodutivos: A economia (microrrede principal) se baseia na agricultura familiar com predomínio de minifúndios com produção primária de vegetais (milho, tabaco, cana de açúcar, mandioca, ervilha, batata e hortaliças) e de animais (gado, porcos, aves e ovelhas) orgânicos. Os encadeamentos se disseminam e ainda oferecem hospedagem para o vivenciar desta experiência, sob a denominação Projeto Acolhida na Colônia, da Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO (ver figura 2).

⁵ Associação localizada na Região de Bretanha, França, composta por pequenas propriedades que trabalham com agroturismo. A denominação *Acueil Paysan* significa Acolhida na Colônia. Ela ingressou no projeto em 1999.

FIGURA 2: APL.COM DO PROJETO ACOLHIDA NA COLÔNIA

Agricultores Familiares de Produção Orgânica	Encadeamento Produtivo Vertical (à montante) Agricultores Familiares de Produção Orgânica que oferecem Hospedagem	Prestadores de Serviços
Encadeamento Produtivo Horizontal Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo; SEBRAE; SANTUR; CEPAGRO; UFSC; IELUSC, UNIVALI, Estácio de Sá	Microrrede Principal AGRECO/Acolhida na Colônia	Encadeamento Produtivo Horizontal <i>Acueil Paysan</i> (França)
Supermercados	Consumidores Conscientizados Encadeamento Produtivo Vertical (à jusante)	Feiras Populares

Fonte: Adaptado a partir de: TORESAN, MATTEI (2002); CABRAL, SCHEIBE (2004); SAMPAIO, MANTOVANELI Jr., PELLIN (2004); SAMPAIO, OYARZÚN (2005).

Infra-estrutura: Meios de Transporte: Ônibus interurbanos com poucos horários e automóveis particulares. Acesso: BR 101 e pela SC-482 (estrada não-pavimentada) que liga São Martinho à Anitápolis. Serviços Públicos: Prefeitura Municipal.

Mercado Consumidor: Mercado Turístico: Internacional: Europeus, principalmente franceses e latinos; Nacional e regional, comunidade científica. Grupo Etário: Jovens e Adultos. Forma de Viagem: Individual e familiar. Mobilização: ônibus e carros particulares; Atividades: ecoturismo (caminhadas, *rappel* e cavalgadas); visitas às propriedades rurais. Comercialização: Preço: Pensão completa: US\$ 15 (R\$ 40,00 ou C\$ 8.900) por pessoa. Distribuição: Uma central de reservas distribui os turistas privilegiando todos associados. Comunicação: se utiliza como principal argumento a possibilidade de experimentar o modo de vida familiar campesino e que ainda produzem produtos sem agrotóxicos.

Impactos Culturais, Ambientais, Sociais e Econômicos: Busca incentivar a preservação da sua cultura e meio ambiente. As Universidades são sócias nesse sentido, promovendo oficinas de capacitação. Os produtos ofertados estão certificados por órgãos competentes. Os estudos sobre o impacto do turismo em relação ao comportamento da comunidade e cultura local, ainda não estão concluídos. Entretanto, se observa que os agricultores envolvidos estão satisfeitos com o processo, se sentem recompensados financeiramente e vêem o turismo como oportunidade para diminuir êxodo de jovens. Ambientalmente beneficia o residente local, anteriormente dedicado à plantação de tabaco, intensiva em agrotóxicos, propiciando a recuperação ambiental regional (TORESAN, MATTEI, 2002; CABRAL, SCHEIBE, 2004; SAMPAIO, MANTOVANELI Jr., PELLIN, 2004; SAMPAIO, OYARZÚN, 2005).

5.2 Rede de Agroturismo de Chiloé (Região Los Lagos, Chile)

Gênese: Em 1996, gestou-se o Projeto de Agroturismo Chiloé, ponto de partida para a constituição de uma Rede de Agroturismo em Chiloé. Sinteticamente propõe: convocar e capacitar vinte famílias em todo Arquipélago de Chiloé, para que iniciassem organizadamente a oferta de serviços associados à atividade agroturística. As famílias pertencentes à Rede se motivaram a converter suas casas em estabelecimentos com fins agroturísticos. A Rede de Agroturismo é uma Associação Civil organizada através de diretoria com presidente, secretário e tesoureiro, além de outros quatro membros. A administração é de responsabilidade da diretoria, com decisões ratificadas pela assembléia de associados. Direitos e obrigações dos membros da Rede são regidos por estatutos da organização e valores que se estabelecem como organização. Na fase inicial a Associação continha 27 grupos familiares, porém, a distância dos centros de distribuição de importância, desmotivação e baixa recepção de turistas fêz o grupo diminuir para 19 famílias.

Atores Internos: Agricultores familiares localizados na Ilha Grande de Chiloé (Los Lagos);
Atores Externos: Instituições Internacionais: Governo Basco e Diocese de Bilbao (Espanha);
Sociedade Civil: Fundação com Todos; Instituições Governamentais: Serviço Nacional de Turismo (SERNATUR), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP), Fundo de Desenvolvimento Social (FOSIS) e Fundação para a Inovação Agrária (FIA).

Articulação Territorial: Recursos Naturais: a unidade geomorfológica de Chiloé é a Cordilheira da Costa. O clima na ilha é temperado chuvoso com influência mediterrânea, apresentando precipitações acima dos 60 mm. na estação mais seca. Os cursos de água podem ser definidos como rios com regulação lacustre e regime fluvial, apresentando um escasso desenvolvimento de extensão areal. Lá é possível apreciar as formações vegetais da Pluviselva Valdiviana ou também conhecidos por seus bosques sempre verdes onde destacam os seguintes recursos naturais: baías, bosques nativos, rios, ilhas, lagoas, parques naturais e praia. Recursos Culturais: O artesanato de Chiloé possui características uniformes em toda província (microrregiões), existindo em algumas localidades elementos próprios que são representativos do artesanato provincial, como o artesanato em pedra *cancahua*, com estufas e elementos decorativos (município de Ancud), os trabalhos em lã, (coletes, mantas, lençóis, etc.), cestarias (*nocha, junquillo, quisal, coirón*, etc.), trabalhos em madeira, conchas e *pideras* com desenhos de igrejas de Chiloé e figuras mitológicas. Ao estabelecer uma relação entre artesanato e turismo, podemos concluir que o mercado turístico é o principal impulsionador. Sua imagem é vinculada ao artesanato em lã, reconhecida nacionalmente. As Igrejas, cultivo de mariscos, doce de maçã, *minga* (tipo de associativismo relacionado a construções familiares), cemitérios indígenas, cestaria, *curanto chilote* (tipo de *paella* espanhola) são também elementos importantes da cultura chilota. Cultural: Chiloé possui uma identidade reconhecida como única, resultado em parte da mestiçagem cultural espanhol-huilliche (indígenas oriundos do Sul do Chile) e, por outra, por sua condição de

Arquipélago que se caracteriza pelo relativo isolamento, na qual permaneceu menos permeável às influências externas, o que marcou sua estrutura social, econômica e produtiva. Encadeamento Socioprodutivo: Mercado fortemente pela pesca e turismo, e em menor escala pela atividade florestal e agropecuária. Os encadeamentos se disseminam a partir da microrrede principal deflagrada a partir da rede de agricultores familiares que oferecem hospedagem para turistas poderem vivenciar esta experiência, conforme ilustra a figura 3.

FIGURA 3: APL.COM DA REDE DE AGROTURISMO DE CHILOÉ

Artesãos e Pescadores	Encadeamento Produtivo Vertical (à montante) Agricultores Familiares	Microempresas Alimentícias
Encadeamento Produtivo Horizontal Gov. Basco, Diocese Bilbao (Espanha); Fundação com Todos (Chile)	Microrrede Principal Rede Agroturismo de Chiloé	Encadeamento Produtivo Horizontal SERNATUR, INDAP, FOSIS e FIA (Chile)
Universidades	Consumidores Conscientizados Encadeamento Produtivo Vertical (à jusante)	

Fonte: Adaptado de: SCHAEERER, DIRVEN (2001); OYARZÚN, CARCAMO (2001); SAMPAIO, OYARZÚN (2005).

Infra-estrutura: Meios de transportes: Serviços de táxi, ônibus interurbanos e balsas, veículos particulares. Acesso: Rota 5 Sul (Panamericana). Serviços Públicos: Policiais e todos os serviços nos centros urbanos próximos.

Mercado Consumidor: Mercado Turístico: Nacional (VII a IX regiões chilenas e a Região Metropolitana de Santiago de Chile) e internacional: argentinos, europeus e norte-americanos. Grupo Etário: Jovens e Adultos. Forma de Viagem: grupo familiar. Mobilização: veículo particular. Atividades: visitação a sítios históricos, excursões e caminhadas, festas folclóricas e visitas a parques.

Comercialização: Preço: Pensão completa: US\$ 26 (R\$ 65,00 o C\$ 14.500) por pessoa. Distribuição: Implementar sistema central de reserva para distribuir os turistas mais equitativamente entre as famílias associadas. Comunicação: Imagem relacionada às características culturais próprias do arquipélago. Estratégias de comunicação baseiam-se, em logotipo próprio, folheteria e sinalética.

Impactos Culturais, Ambientais, Sociais e Econômicos: Adaptação dos modos de vida familiar ao contexto da atividade turística. Apesar das barreiras idiomáticas, os estrangeiros são os que melhor se adaptam ao estilo de vida chilote. O contato com o turista impacta ora negativamente (perda de privacidade familiar, menor integração familiar com a vida comunitária e desconfiança entre vizinhos) ora positivamente (troca de conhecimento, possibilidade de venda de produtos artesanais, melhoria no sistema de comunicação: telefonia rural), além de outros impactos como: maiores ingressos econômicos, entretanto sazonais; exigências de salubridade e higiene impostas pela secretária de saúde pública: água potável e manejo de resíduos; crescente atitude de conservação ao ambiente natural, produzindo efeito demonstrativo aos demais agricultores e aos

turistas; criação de microempresas associadas principalmente à preparação de alimentos; acessibilidade e proximidade a centros urbanos importantes; e melhora no nível educacional.

6. Considerações Finais

Este trabalho contribui para o entendimento sobre a confluência entre a socioeconomia e a gestão do desenvolvimento local, ainda carente de estudos. Considera-se o fenômeno turístico como campo capaz de ilustrar tais instâncias segundo sua natureza interorganizacional (ênfase na relação entre organizações) e microespacial (organizações localmente concentradas), configurando assim um laboratório para experimentar tipologias de redes associativistas, tal como se entende o APL.Com. O panorama exploratório apresentado oferece um conjunto de elementos para avançar em estudos detalhados sobre tais experiências, e o objetivo do grupo de pesquisadores é promover debates sobre contribuição de um APL.Com, para o desenvolvimento turístico sustentável.

As experiências focadas descritas se fundamentam na sistemática de comercialização que dialoga com a idéia de sustentabilidade econômica. Entretanto, existem diferenças nos casos estudados: ambos os casos se esperava encontrar uma contribuição para considerar a esfera do mercado enquanto não hegemonicamente determinante sobre a esfera social. Em Chiloé não se observou explicitamente tal pretensão. Isto pode ser visualizado em Santa Rosa não somente pelos mecanismos de complementaridade de base endógena ora como ofertas de bens ora como prestação de serviços, mas também no fato de que os produtos (e suas tecnologias) e mecanismos de comercialização agregam valor e difundem lógicas questionadoras das estratégias mercantis tradicionais do setor. Chiloé adota estratégias convencionais. Comercializa o produto turístico “agroturismo”, sendo tímidos para compartilhar intercâmbios de bens e serviços entre os associados.

Nas duas experiências não se busca somente equidade na distribuição dos ingressos econômicos, tudo está condicionado ao desejo e a capacidade de acolher pessoas (turistas) - e não o inverso - com resguardo cultural. De qualquer maneira, não existe o aprisionamento econômico tantas vezes apresentado pelo princípio "a satisfação do cliente é nosso maior objetivo". Sintetizando, o turista não deixa de ser bem tratado ou sair insatisfeito. Quando se trata do desafio de superar a atividade setorial do turismo, isto é, o desafio de incluir a gestão do desenvolvimento, diferentemente do Projeto Acolhida na Colônia, a Rede de Chiloé não revelou tal intenção.

A situação inicial das comunidades envolvidas nas experiências apresentadas é similar. Abordar esta necessidade de mudança desde a socioeconomia, e sustentada na atividade turística (e, em particular, o que neste trabalho se denominou "turismo de base comunitária", quando devidamente planejado e gerenciado) parece ser uma via factível, como demonstram as experiências analisadas.

7. Referencias Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Construindo a ciência ambiental**. São Paulo: Annablume, 2002.

ALBAGLI, Sarita; BRITO, Jorge. **Glossário de arranjos produtivos locais**: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Disponível em www.te.ufrj.br/redesist. Acesso em 25 nov.. 25/11/2002.

ARAUJO, Guilherme Pinto; SAMPAIO, Carlos A. Cioce (Org.). 2004. **Relatório Técnico do I encontro de turismo em Imbituba e Garopaba (SC)**. Florianópolis, Blumenau: NMD/UFSC; LaGOE/FURB.

BARBERI, André Portes Caldini. SAMPAIO, Carlos A. Cioce ; DREHER, Marialva Tomio. Arranjo Socio-produtivo Local de Base Comunitária (APL.Com). Artigo aprovado **III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)**, Brasília, 2005.

BERKES, Fikret. Social systems ecological systems and property rights. In: **HANNA, S. et al. (Eds.)**. Right to nature. Washington, DC: Island Press, p 87-107, 1996.

BOFF, Leonardo. **Civilização planetária: desafio à sociedade e ao cristianismo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CABRAL, Otávio Luiz; SCHEIBE, Luiz Fernando. Considerações sobre o agroturismo e sua dinâmica espacial com base num estudo de caso. Anais do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville-SC, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DIAS, Adriana. **Fomento de um arranjo produtivo turístico local ecodesenvolvimentista (APTLE): fórum da agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Turismo e Lazer). Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora SENAC/SP, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Editora UnB, 2001.

GADGIL, Madhav et al. **Participatory local level assessment of live support systems: a methodology manual**. Bangalore (India): Centre for Ecological Science. Technical Report N. 78, 2000.

GONDIM, Linda. Modelos alternativos de planejamento e gestão urbana. **III Encontro da ANPUR**. Águas de São Pedro, SP, 1989.

GRÜNEWALD, Rodrigo. Turismo e etnicidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, N.20, out., p 141-159, 2003.

HAULOT, Arthur. 1991. **Turismo social**. México: Trilhas.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

LASTRES, Helena M.M., CASSIOLATO, José. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. **Parcerias Estratégicas**, n. 17, set, p.5-29, 2003a.

LASTRES, Helena M.M., CASSIOLATO, José. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Disponível em www.te.ufrj.br/redesist. Acesso em 25 nov., 2003b.

MANTOVANELI Jr., Oklinger. **Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdades de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001.

MAX-NEEF, Manfred. Orientaciones para un desarrollo sustentable del turismo en el medio rural. **In: Pablo**. Agroturismo y turismo rural en Chile. Valdivia: UACH, 1997.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MAX-NEEF, Manfred. **Economia descalza: señales el mundo invisible**. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

NAESS, Arne; ROTHENGERG, David. 1990. **Ecology, community ad lifestyle**. Cambridge: Cambridge University Press.

OYARZÚN, Edgardo M.; CARCAMO, Carolina G. (Org.). 2001. **Análisis de la red agroturismo Chiloé**. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Instituto de Turismo, Universidad Austral de Chile.

POLANY, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, p. 77-90, nov./dec.. 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamont, 2004.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamont, 2003.

SACHS, Ignacy. 1986. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice.

SAMPAIO, Carlos Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SAMPAIO, Carlos Cioce. Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p.71, 1996.

SAMPAIO, Carlos Cioce; OYARZUN, E. Méndez. Turismo com base local: análisis comparativos de experiencias de turismo comunitario en Brasil y Chile. Actas de VII Jornadas y Simposio Internacional de Investigación y Acción en Turismo. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sul – Ediuns, 2005.

SAMPAIO, Carlos Cioce; MUNDIM, Rodrigo S. A.; DIAS, Adriana. Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a promoção do turismo educativo na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba-SC). **Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local**. Curitiba, 2004.

SAMPAIO, Carlos Cioce; MANTOVANELI Jr., Oklinger; PELLIN, Valdinho. Arranjo Produtivo Local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento. In: **II Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul (RS): UNISC, 2004.

SCHAERER, Jorge; DIRVEN, Martine. El turismo rural en Chile: experiencias de agroturismo en Las Regiones del Maule, La Araucanía y Los Lagos. **CEPAL, Serie Desarrollo Productivo**, n. 112, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TORESAN, Luiz; MATTEI, Lauro; GUZZATTI, Thaíse. Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis: Instituto Cepa, 2002.

TOYNBEE, Arnold J. **Estudo da história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

VARGAS, Marco Antônio. **Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Nota técnica 1. UFSC/NEITEC, 2003.

VIEIRA, Paulo (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002^a.

VIEIRA, Paulo. Meio ambiente, desenvolvimento e Planejamento. In: **VIOLA, Eduardo et al.** Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. SP: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

VIEIRA, Paulo. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil. **BIB**. n.33, p.1-88, 1o. sem., 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1999.